

“É DA CIVILIDADE!”: Um Retrato da Modernização e a Pedagogia dos Corpos pela Imprensa Francana (1890-1940)¹

“IT'S CIVILITY!”: A Portrait of Modernization and the Pedagogy of Bodies by the Press of Franca (1890-1940)

Gabriel LOPES¹

Resumo: As décadas finais do século XIX e as primícias do século XX foram de mudanças políticas, econômicas e sociais para um Brasil que se tornava republicano. Nas cidades, projetos higienistas espoliavam as camadas da população mais vulneráveis em troca de um embelezamento da urbe. Assumindo uma concepção abrangente do processo educativo é possível vislumbrar nos veículos midiáticos e na legislação – mais precisamente na imprensa e no *Código Municipal de Franca de 1910*, nossos objetos de estudo – um exercício de pedagogia dos corpos, assumindo um ponto de análise foucaultiano. Com efeito, os veículos tipográficos assumiram um papel protagonista nesta trama de educar uma população campesina que se tornava urbana. O objetivo deste trabalho repousa nesta formulação, identificando nos periódicos locais selecionados e no código legislativo modos de representar um retrato deste domínio dos gestos.

Palavras-chave: Modernização, Imprensa, Poder, Pedagogia dos Corpos, Corpos dóceis.

Abstract: The final decades of the 19th century and the beginnings of the 20th century saw political, economic, and social changes for Brazil, which became republican. In cities, hygienist projects plundered the most vulnerable sections of the population in exchange for beautifying the city. Assuming a comprehensive conception of the educational process, it is possible to glimpse in the media vehicles and legislation – more precisely in the press and in the Municipal Code of Franca of 1910, our objects of study – an exercise of pedagogy of bodies, assuming a Foucaultian point of analysis. Indeed, typographic vehicles were leading in educating a peasant population that was becoming urban. The objective of this paper rests on this formulation, identifying ways of representing a portrait of this domain of gestures in selected local periodicals and in the legislative code.

Key-words: Modernization, Press, Power, Pedagogy of the bodies, Docile bodies.

“É da civilidade!”: imprensa e pedagogia dos corpos na urbe

¹Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (PPGH-UNESP). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca/SP). Bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gabriel.lopes1@unesp.br.

O rapaz bem educado guarda as regras da civilidade em todo o lugar, ora as do templo são simples: silêncio, ajoelhar-se quando é tempo e guardar atitude modesta (*O Aviso*, Franca-SP, n. 14, 1924).

É com esta inflexão cuja tônica se assemelha a um truísmo que o jornal *O Aviso*, periódico de Franca, dá título a um de seus artigos: “É da Civilidade!”. O título não deixa dúvidas: para se viver na cidade – e para além disso, na condição de civilidade – é necessário se portar de determinada forma, guardar determinados gestos, optar por determinadas atitudes em detrimento de outras, consideradas não-civilizadas. Sendo própria da “vida civilizada”, a coluna participa de um processo tipicamente pedagógico, educando corpos que serão paulatinamente docilizados.²

José Carlos Libâneo (2004) acentua a necessidade de concebermos a Pedagogia de forma abrangente. A educação, se adotarmos tal concepção abrangente e não-reduzida ao âmbito escolar, é multifacetada: é ora *intencional*, ora *não-intencional*. E ainda, dentro da intencionalidade pode ser *formal* ou *não-formal*. Com efeito, os meios de comunicação (dentre os quais se situa a imprensa) se enquadram, na perspectiva do autor, num processo pedagógico *intencional*, porém *não-formal*. Isto implica no estabelecimento de relações pedagógicas, porém pouco sistematizadas.

O jornal, como veículo de manifestação acerca dos acontecimentos, acaba por interferir no intercurso da história, isto é, na criação de realidades e de sentidos. Sua atuação não é, portanto, meramente neutra e receptora dos fatos, mas sim, construtiva. A imprensa atua como protagonista, criadora de novas interpretações, que agem sobre o social, ressignificando os acontecimentos e produzindo novos sentidos (Woitowicz, 2015).

Nesse sentido, podemos postular duas funções da imprensa que nos interessam. A primeira função da imprensa se refere a sua atribuição sócio-política, palco dos calorosos abalroamentos entre os meios de comunicações e suas respectivas ideologias conflitantes, sem a qual a sociedade solaparia. A segunda função cumprida concerne à motivação educadora imbricada ao jornal e, por conseguinte ao rádio, que em última instância apenas reverberava as notícias erigidas no veículo tipográfico. Por exemplo, fazia-se necessário postular códigos de posturas, tidos como materializações das regras civilizatórias.³ Para tanto, a elite política assentava tais prescrições de conduta com o intuito de derogar posturas indecorosas, como a prostituição e a ebriedade.

É nesta perspectiva que Heloísa de Faria Cruz (1996, p. 100) assinala a fundamental importância da imprensa na formação da mentalidade do povo, ditando

regras de conduta, propagando ideias, servindo de campo de disputas pelo poder e, sobretudo, moldando o imaginário popular.

Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se enquanto um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. Na reflexão letrada daquele período, a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo.

Sendo assim, o presente trabalho pretende atender a dois objetivos: em primeiro lugar, cotejar a modernização de Franca retratada pelos jornais, nosso *locus* de análise onde estes mesmos periódicos locais se inserem. Em segunda instância, o modo como a imprensa local retratou as mudanças dos novos tempos modernos e produziu novos sentidos, regrou as atitudes – por meio, inclusive, da veiculação do *Código Municipal de 1910* –, educou os gestos de uma população que passava do ambiente rural para o convívio citadino e sobretudo: produziu novas representações e *corpus* de saberes e práticas sobre os corpos.

É possível mensurar o número de jornais que circulavam na região de Franca no período circunscrito. Os exemplares aqui considerados se tratam de uma seleção daqueles em que as discussões acerca da urbanização e do comportamento urbano se encontram mais presentes, considerando-se ademais, a disponibilidade destes para consulta. Destarte, o recorte se explica pelo seguinte: é a partir de 1890 que se observa um aumento da sua malha urbana da cidade a partir da riqueza do café e, por conseguinte, maior capital investido para a modernização da urbe (Follis, 2004).

A partir de 1920 temos uma de nossas hipóteses; começa neste segundo decênio o emprego de medidas mais drásticas de limpeza social: não há mais tolerância para com aqueles que destoam do comportamento citadino esperado. Com a aplicação do capital estrangeiro na indústria calçadista surge um novo olhar adventício, que espia e julga. Este olhar de fora, que espreita de soslaio, faz com que o poder público tome medidas para limpar a cidade dos cálculos que embotam a vista da cidade que se moderniza. Aqueles que não se coadunam serão isolados do horizonte urbano por meio de diversas formas. Uma delas é por meio do alienismo social.⁴

Passemos sem mais delongas ao trato do retrato criado pelos periódicos locais face às modificações estruturais da cidade de Franca, as quais causavam já em 1903,

segundo a descrição de um periodista local, não mais comparações aos “bancos de areia” soturnos e estéreis; mas sim, à parte os exageros do cronista, suscitava semelhanças com uma espécie de “éden paulista”, aprazível para o olhar do viajante.⁵

Dos bancos de areia ao “éden paulista”

Hoje tudo mudou. Se a natureza não dá saltos, o homem, quando bem orientado, os dá na concepção e execução das suas obras.

Da ruínia dos pardieiros arrasados pela picareta do progresso, brotam, como tocados pela varinha mágica de uma fada protectora, bellos palacetes que attestam o gosto esculptural dos francanos. A cidade se transformou e se transforma dia a dia, vestindo-se de uma roupagem cada vez mais bella. [...] (*Comércio da Franca*, Franca-SP, 11.12.1920).

As modificações urbanas postas a cabo em Paris por Eugène Hausmann entre 1853 e 1869 foram tomadas por um longo período de tempo como modelares para qualquer cidade que desejasse se modernizar. Os grandes centros urbanos da Europa – com a proeminência da Paris de Haussmann – se mostravam como grandes modelos de cidade a serem seguidos. As grandes alamedas, os *boulevares* parisienses, os jardins ornados com lâmpadas elétricas, as redes de esgoto, a facilidade de tráfego de veículos e mercadorias proporcionada pelas grandes avenidas; todo este arcabouço tecnológico da modernização indicavam as prerrogativas tácitas do mundo moderno.

Não apenas como necessidade estética, a reestruturação das cidades europeias encontrou na salubridade uma de suas razões basilares. As epidemias desenfreadas que se alastravam sobre as grandes capitais signatárias do capitalismo industrial serviam como grande óbice para a economia dos grandes centros e sobremaneira: aviltavam os pressupostos ideológicos que regiam a sociedade burguesa – razão, ciência e progresso. A teoria dos miasmas,⁶ teoria esta que relacionava a ocorrência de epidemias à insalubridade do meio físico, abriu precedentes para uma intervenção nos espaços públicos de convívio social, de modo a dissipar locais tidos como proficuos para a disseminação de doenças por meio da saúde pública, o que nos é conhecido como higienismo (Cunha, 1986; Follis, 2007).

Além disso, é na virada do século XIX e XX que uma expressiva parcela da população brasileira passa a viver nas cidades.⁷ No Brasil, o primeiro exemplo de reforma urbana se deu na cidade do Rio de Janeiro, quando o então prefeito Pereira

Passos – nomeado pelo presidente Rodrigues Alves – coloca em prática seu projeto de reestruturação urbanística em 1903-1906, de modo a importar as referências europeias de readequação das cidades, dado que a então capital federal possuía um porto precário e uma estrutura colonial, tidos como um problema de ordem nacional (Follis, 2007).

O modelo haussianiano foi a partir de então seguido pelas outras capitais do país e chegara em Franca propiciada pelo desejo das elites do café em tornar a reduzida cidade rural, que em meados no século XIX ainda era uma “cidadezinha agrária” (Follis, 2004, p. 32), em mais um reduto da modernidade. São Paulo, por exemplo, serviu até mesmo de exemplo de modernização bem-sucedida para a capital federal.⁸ Esse evento fora estudado por José Evaldo de Mello Doin (2007), que traduziu o evento como *Belle Époque*⁹ caipira. Para o autor, o moderno possuía aos olhos da elite uma significação social positiva, em face da qual tudo era legitimado caso o objetivo fosse a adequação aos novos tempos. Muitos homens do interior paulista possuíam o desejo de usufruir daquilo que era vivido em Paris, desejosos de experimentar a promessa de uma paixão nas ruas iluminadas parisienses. A fim de trazer à tona o tão sonhado progresso, duas forças vitais foram articuladas pelas forças locais: modernização e civilização, como condensa precisamente um dos periódicos que circulavam em Franca no segundo decênio do século XX.

O que precisa a cidade

Cincoenta fiscaes para verem as aguas que diariamente correm dos quintais para as sargetas das ruas [...]

Cincoenta ditos para verem as ruas atrancadas de materiaes, interrompendo o transito [...]

Mais cincoenta para verem as vaccas, cavalos e cabras que, altas horas da noite, costumam frequentar o bello largo da Matriz e outros pontos da cidade. [...]

Que o senhor delegado lance suas vistas para o bairro da Cidade Nova, onde continuamente, reúne muita gente sem ocupação, promovendo desordens (*A Sentinella*, 31.08.1926).

No excerto acima, publicado pelo periódico francano *A Sentinella* em 1926, o redator reverbera algumas das queixas básicas da população frente à necessidade de melhoramentos urbanos na cidade: as águas servidas que escorrem nos quintais; os materiais de construção espalhados nas vias públicas, atrapalhando a circulação de transeuntes; os animais que vagavam a esmo no *bello largo* da Matriz, enfeando a paisagem; os desocupados que promoviam desordens.

A Franca da segunda década do século XX já não era mais aquela freguesia de expressões agrárias dos fins do século XIX, de população urbana reduzida, cuja feição rudimentar causava indignação pelo seu atraso frente às novas tecnologias já existentes nas maiores capitais brasileiras, como relatara o redator d'*O Nono Districto*, jornal de circulação local:

a cidade de Franca está material como intelectualmente atrasadíssima. Não tem mercado, não tem matadouro, não tem chafarizes, não tem largos arborizados, não tem ruas, calçadas, não tem nada (*O Nono Districto*, Franca-SP, 22.4.1882).

A partir do século XX a cidade de Franca começa a adquirir um traçado mais urbanizado, inclusive observando um aumento da população urbana.¹⁰ A riqueza advinda do café passa a influenciar nos anseios modernizantes, propalados pela necessidade da elite econômica que passa a residir próxima ao centro urbano. Foi a partir deste ideário de modernização que o cenário urbano francano, pouco provido de complexidade tecnológica, se alterou para um cenário imbuído de uma maior gama de recursos, sendo estes recursos demandados pela elite que se instalava na urbe. Esta elite enriquecida pela cafeicultura, instada pela perspectiva de investir seu capital e por manter-se adjunta às instâncias de poder, exigia do poder municipal o conforto necessário para sua instalação, como o “[...] calçamento de ruas, água encanada, rede de esgoto, iluminação elétrica, linha telefônica, jardins, teatros e hotéis” (Follis, 2004).

Também é durante a primeira metade do século XX que se observa em Franca uma acentuada vinda de imigrantes, que concorriam como mão de obra principal na produção cafeeira. Segundo Rogério Naques Faleiros (2002), o grande momento de vinda de imigrantes para cidade se configura no período de 1890-1920. Segundo o autor, o Censo de 1872 registrou em Franca o total de 425 estrangeiros, sendo 340 de origem africana e apenas 85 de origem europeia. Em 1920, Franca contava com cerca de 6.193 imigrantes.¹¹

Podemos enxergar dois movimentos encabeçados pelo poder municipal francano para resolver os problemas do atraso do município, que há muito já causavam incômodo das elites. O primeiro movimento se refere ao de prover a cidade das condições mínimas de edificações públicas dotadas de higiene, segundo as exigências dos modelos modernos da época. Antevista essa necessidade, o Mercado Municipal foi aprovado como projeto apenas em 1896, com o orçamento aceito de oito contos e duzentos e

setenta e cinco mil réis. Fora construído em 1921 no próprio Largo do Mercado, local que já abarcava a presença confusa de consumidores e vendedores, que se atracavam em suas relações comerciais ao ar-livre, suscetíveis às intempéries do tempo e à disposição insalubre dos detritos de frutas, legumes, verduras pútridas que se esbarrocavam ao chão e se desintegravam à plena luz do sol (Follis, 2004).

Outro problema relatado pelos órgãos da imprensa se referia ao matadouro. O matadouro primitivo de Franca remontava ao último decênio do século XIX.¹² Na época, o local suscitou afiadas críticas face a sua constituição robusta e desprovida de higiene:

O pessimo lugar onde se acha elle edificado (*o referido Matadouro*), as suas acanhadas dimensões, o facto de ficar em uma das entradas mais importantes da cidade, bastariam, si não houvessem outros motivos de maior relevancia, para determinar o acerto da mudança. Para isso não é mister ser-se abalisado hygienista e possuir-se de largos estudos a respeito das causas que originam os grandes males que de continuo flagelam á humanidade ... para que se possa determinar com segurança os graves inconvenientes que póde trazer á saúde publica um matadouro constituído sem as precisas regras e condições hygienicas (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 25.3.1905).

Decidiu-se construir um novo matadouro cuja edificação se deu nos anos 20. Distante do centro da cidade, a escolha do local do moderno matadouro reflete a teoria vigente à época, a qual, conforme salienta Fransérgio Follis (2004), concebia os matadouros como focos potenciais de “miasmas”. É a partir da mesma teoria dos miasmas que a Câmara Municipal passa a proibir a criação de animais dentro do território urbano,¹³ passando a regulamentar os açougues de acordo com códigos de higiene e a proibir o corte de carne em locais de venda de secos e molhados:

D’aquelle dia em deante serão fechados todos os açougues, que não estiverem de acordo com o código sanitário do Estado e os que estiverem installados em casas velhas sem hygiene. Outrossim, os negociantes que quizerem vender carne de porco e toucinho frescos, que construam açougues de accordo com o código sanitário [...]. A inspetoria será auxiliada nesse serviço pelos fiscais municipaes, conforme determinação do sr. Prefeito (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 6.02.1921).

O incômodo dos detritos urbanos a sujarem as ruas e avenidas era recorrente nas páginas da imprensa da época. Um dos redatores do jornal espírita *A Nova Era* usava as páginas do jornal para reclamar do depósito de terra e areia nas vias públicas, causando moléstias na população:

Esses depósitos de terra, com a (*sic*) ventanias e movimentos de vehiculos, formam um pó terrível que tanto mal nos causa: as casas ficam sujas, e o que é peor – quantas moléstias. Entretanto, está tão fácil: um pouco mais de bôa vontade da nossa correcta Prefeitura e o mal estará resolvido: não sendo possível a irrigação das ruas, pelo menos sejam varridas, uma vez por semana, durante a noite (*A Nova Era*, Franca-SP, 01.08.1929).

O acúmulo de lixo nas vias também causava preocupação pela potencialidade de transmissão da febre amarela. Apesar de existir um serviço público de coleta de lixo (contratado pelo poder municipal em 1902), as carroças destinadas para tal serviço passavam, até 1932, apenas pelas regiões centrais do município, executando o serviço de modo muitas vezes irregular. Somava-se a isso o comportamento indevido da população que, apesar das multas previstas em lei, continuava a despejar o lixo nas ruas. A imprensa servia, já em 1929, para servir de veículo de reclamação do serviço público de recolhimento de detritos:

A nossa Camara Municipal, no louvavel intuito de evitar a febre amarella nesta cidade, intimou todos os moradores a fazerem limpeza dos pateos de suas casas, removendo lixo, latas velhas, etc.; pois bem: a intimação foi cumprida por muitas pessoas, que mandaram remover o lixo e as latas velhas para a rua. Acontece, entretanto, que os Srs. Lixeiros apanham o lixo e não querem apanhar as latas velhas que ficam dias e dias amontoadas nas ruas, impedindo o transito e criando o micobrio (*sic*) transmissor da febre amarella. Urge uma providencia (*A Nova Era*, Franca-SP, 18.04.1929).

Como nos diz Fransérgio Follis (2004), é importante termos em mente que a cidade de Franca não foi alvo de um projeto de urbanização ao molde dos grandes projetos, em função dos quais a estrutura dos grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo foi subitamente alterada. A estrutura citadina de Franca foi se modificando ao longo da segunda metade do século XX e a partir de uma série de decretos, leis municipais e medidas para higienizar os centros urbanos e melhorar as condições das estruturas físicas da cidade. O segundo movimento a ser observado se refere ao embelezamento da cidade, por meio da edificação de jardins públicos e prédios modernos. Follis discorre ainda acerca desse processo de embelezar a cidade. O primeiro local que foi ajardinado em Franca foi a Praça Barão da Franca, decorada no ano de 1921. A praça fora ornamentada com canteiros arborizados e caminhos de terra batida, no centro dos quais colocou-se um coreto retangular. Apenas no início de 1930

houve o calçamento desses caminhos de terra, removendo, entretanto, os arbustos que se prostravam decorativamente ao longo dos jardins. O obelisco em comemoração à sedição de Franca à vila fora fixado em 1929.

Principal largo de Franca, o Largo da Matriz (atualmente nomeado Praça Nossa Senhora da Conceição) foi alvo de um projeto de melhoramento ainda no ano de 1892, mas que ficara apenas no papel. O contrato fora rescindido no ano seguinte, em 1893. Além de ajardinar o largo, o projeto sob a intendência do Engenheiro Modesto Olímpio Teixeira Brandão previa edificar uma biblioteca municipal ao centro, destinada “a jogos prometidos, divertimentos de senhoras, bilhares, *rink*, cafés, restaurante e a todas as outras espécies de recreios e diversões compatíveis com a civilização e a fins a que se destina o jardim, que é o embelezamento da cidade (Santos, 1993 apud Follis, 2004). Com o contrato encerrado, a principal praça de Franca até 1906 se resumia a um descampado cortado por um caminho de terra batida, onde existiam apenas a Velha Matriz e o Relógio do Sol. Outro contrato de embelezamento da praça fora firmado com o Sr. Paulo Mota, responsável pelas modificações curvilíneas dos novos caminhos que cortavam o largo, fazendo a interligação entre as duas matrizes: a velha e a nova matriz, cuja construção se iniciou em 1893. A Figura 1 mostra o estado da principal praça de Franca na década de 20, precisamente em 1922. Em primeiro plano nota-se o Relógio do Sol contornado por alguns bancos de madeira. Ao fundo, a Igreja Matriz, ainda inacabada, frente a qual há um pequeno chafariz.

Figura 1 – Igreja Matriz e Relógio do Sol



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (MHMF), 1922.

Em 1924, o periódico *Tribuna da Franca* destinava uma coluna para agradecer a quantia de 10\$000 enviada pelo anônimo “I. Francano”, que pedia encarecidamente para que o jornal dispusesse em suas páginas de uma chamada popular para atender a população necessitada. O redator do periódico local salientava ainda a constante necessidade de se criar mais casas de assistência para prestar ajuda aos “mendigos e morpheticos”, diante dos quais “o povo francano nunca recusou o seu óbulo aos que sofrem”. De fato, à época da publicação a cidade já contava com duas instituições da assistência: a Santa Casa e o Asylo de S. Vicente de Paula. Além dessas, havia o *Asilo Allan Kardec*, fundado no ano de 1922 por José Marques Garcia.

Em Franca, a condição asilar da referida instituição remonta à sua criação. A criação do hospital está relacionada às atividades do Centro Espírita Esperança e Fé, hoje conhecido como Nova Era, no início do século XX. O centro espírita, localizado no centro da cidade e próximo ao mercado municipal estava, portanto, no âmbito da modernização propiciada pela elite municipal, como aponta Fransérgio Follis (2007). Com o tempo, a população necessitada passou a se aglomerar em frente ao sobredito centro espírita, a fim de arrecadar subsídios financeiros mínimos, obtidos por meio dos doadores - para os quais o assistencialismo é parte fundamental do espiritismo - para adquirir alimento, comprado no mercado municipal ao lado. O fato de um grande número de desvalidos ocupar a parte central da cidade, desconformes com o projeto de embelezamento citadino, incomodou a elite, financiadora da urbanização, bem como outros grupos da cidade. José Marques Garcia, preocupado com os embates entre o centro espírita e a administração pública, buscou realocar aqueles pedintes com a criação de uma casa de recolhimento de desvalidos e necessitados. Situada nos então limites do município, distante naquela época do centro urbano embelezado, fundou uma espécie de asilo que viria a ser posteriormente transformado em *Casa de Saúde* e depois em *Hospital Psiquiátrico*. A Figura 2 mostra o *Asilo Allan Kardec* nas primícias de sua edificação:

Figura 2 – Asilo Allan Kardec



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (MHMF), sem data.

Com efeito, vemos que a condição asilar foi a função inicial da iniciativa posta a cabo por Garcia e continuou sendo, de algum modo, preocupação da instituição. Interessante nos perguntarmos acerca do período em que surgem as casas de assistência ao município – como visto, durante a década de 20 – e indagarmo-nos ainda acerca das motivações que estipularam o segundo decênio do século XX como margem-limite entre um comportamento cidadão tolerável daquele outro comportamento repudiado, onde a sociedade desiste de tomar medidas parcimoniosas de contenção e passa a isolar os indivíduos destoantes; aqueles que incomodavam por trás dos postigos da cidade que se modernizava, indivíduos que não se comportavam perante os ditames da civilização – gente descalça, sem condições de trabalho, sem acesso aos novos bens de consumo, que se amontoava em frente ao Mercado Municipal (recém construído) para tentar dirimir os efeitos fisiológicos da fome em seus estômagos – e portanto, aos olhos de muitos, mais suscetíveis aos auspícios da loucura.

Recente república: corpos dóceis na Belle Époque caipira

No esquadrinhamento da sociedade, as cidades foram alvo de um policiamento integral, tendo em vista a proteção do próprio homem, cujo perigo se fazia evidente em seu comportamento visto como desregrado, movido por paixões instintivas, em suas

habitações aglomeradas onde se faziam valer estas relações desreguladas. O campo será pensado pelo saber médico como o completo oposto; as condições atmosféricas eram mais adequadas, o ar mais puro, as habitações mais naturais. Em contrapartida, o discurso médico acerca da vida nas grandes cidades mostrava que estas estavam embrenhadas num alto grau de periculosidade; a vida na urbe seria uma ameaça à saúde física dos seus habitantes, fazendo-se necessária alguma forma de controle destes riscos iminentes. A medicina social surge dentro do cenário urbano, onde toda uma teoria da cidade será pensada pelos médicos com o intuito de normalizar a cidade (Machado et al, 1978).

As modificações físicas que transpassaram as cidades modernas foram apenas uma instância do requisito modernizante. A moralidade de um comportamento urbano, adequado aos novos modos de existência e convivência da urbe, afetou o corpo social de modo cabal. A ideia de civilizar o país, ao modo francês e europeu, atravessou o âmbito comportamental da República. Toda sorte de sociabilidade que não coadunasse ao modo civilizado de se portar era expressamente repudiada pela imprensa e pela legislação da época. Sofreram com as restrições desde as festas e reuniões tradicionais, bem como a serenata e a boêmia. Até mesmo os cultos populares religiosos passaram por medidas drásticas de intervenção. De modo análogo, a pobreza passou a ser o centro das preocupações; era necessário embelezar os centros urbanos. Com isso, os grupos marginalizados – em sua vasta maioria pretos e pobres – foram expurgados do coração das cidades (D’incao, 2004).¹⁴

O primeiro *Código de Posturas Municipais*¹⁵ da Franca republicana foi publicado em 1890. Ao longo dos anos este primeiro código regrativo dos comportamentos foi ficando ultrapassado, suscitando numerosas críticas na imprensa acerca de seu modelo arcaico, que não incorporava muitas das novas leis e decretos que já vigoravam.¹⁶ Muitas eram as reivindicações pela reforma do *Código de 1890*, que só em 1910 viu a sua nova versão ser oficialmente publicada. O início do século XX foi de grande florescimento urbano em Franca, ultrapassando em muito as prescrições arcaicas do *Código*: as casas passavam cada vez mais a se moldar à arquitetura burguesa de habitação,¹⁷ o que fazia os moradores a reconstruírem suas casas, deixando areia e cimento expostos à canícula poeirenta do meio-dia nas calçadas que, por sua vez, existiam em alguns locais e não em outros, ou então eram construídas de maneiras irregulares, impedindo a passagem de transeuntes (*A Nova era*, Franca-SP, “A Poeira”, 01.08.1929).

Novas leis foram surgindo para mitigar as irregularidades de uma urbe que aumentava tanto suas proporções físicas quanto o contato social de sua população, o que resultou na decretada obsolescência do *Código de 1890*. Após 12 meses de produção incessante, o novo projeto de *Código de Posturas*, redigido em 40 cadernos de papel almaço,¹⁸ pôde ser finalmente discutido na Câmara Municipal e, com algumas emendas, fora aprovado *in totum* (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

A primeira prescrição da segunda parte do *Código* trata das regulações necessárias para uma cidade em franco estado de modernização, definindo os perímetros citadinos, bem como as normas para construção de novas ruas, praças e suas nomenclaturas. A primeira observação se refere à largura das avenidas, cujo tamanho foi prescrito em quatorze metros, observando a retilineidade e o paralelismo de seu traçado. Essa provavelmente era uma reivindicação que há muito era feita pelos moradores, principalmente aqueles pertencentes às camadas mais altas e que possuíam veículos automotivos.

Cansados de concorrer com charretes e cavalos através de estreitas ruelas, os carros não possuíam a mesma versatilidade que aqueles possuíam quanto aos solos de terra batida. Além de levantar densas cortinas de poeira, os veículos eram também danificados pelas condições irregulares da superfície terrosa. Outra observação prescrita pela lei se referia ao abaulamento das sendas, com sarjetas laterais que permitissem o escoamento de água da chuva. As avenidas, locais de maior circulação e por vezes de ligação entre o perímetro central (que compreendia a zona comercial) e outras mais afastadas, também deviam ter largura adequada (20 metros), de modo a facilitar o escoamento de mercadorias e o trânsito entre os perímetros centrais e suburbanos (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

A preocupação com a circulação de pedestres também fora incorporada pelos almaços do *Código*. Eram vastos os casos de andantes que, logo nas primícias do surgimento dos veículos automotivos e sem o cuidado necessário, inadvertidamente circulavam pelas ruas em ampla concorrência com os veículos, acabando por sofrer reveses que saíam nas páginas dos jornais. Ademais, conforme os caminhos de passeio foram sendo mais usuais, a própria população educada acabava por discriminar aqueles que ainda insistiam em andar nas vias de circulação de carros como cães soltos à rua,¹⁹ assemelhando-se à selvageria dos últimos, pois “só gente da roça anda na rua”.²⁰ Assim, o *Código de Posturas Municipais* prescrevia a presença obrigatória e o tamanho mínimo e máximo dos caminhos de passeio, que deveriam ter no mínimo um metro e em seu

extremo dois metros. Observando sempre o paralelismo e a uniformidade das calçadas, a lei ainda instituíra, para aqueles que tivessem domicílio no perímetro urbano, o material de que seria feito o calçamento das áreas frontais, sempre se atendo para um perfeito esquadrejamento. O calçamento deveria ser “[...] de pedras em lajes esquadrejadas e perfeitamente ajustadas, pedras artificiais, mosaico, pedra commum coberta de cimento ou parallelepípedos de madeira com asphalto” (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

O modelo burguês de separação do público e do privado, mediante cercanias físicas que separassem o lar – refúgio idealizado onde vigorava a família – dos “horrores do domínio público”, como argumenta Richard Sennett (2014, p. 22), parecer ter nas páginas do *Código de Posturas* a sua legitimidade. O domínio público como imoralidade passou, a partir do século XIX, a ter significados distintos para homens e mulheres, ainda que reunidos sobre o jugo da imoralidade. Se para as mulheres o espaço público era um local único de ameaça de perder sua virtude, para os homens a esfera pública, “fora do lar”, possuía uma conotação dupla. Algumas ações, como o fato de um homem jantar fora com uma mulher de camada inferior era tacitamente admitida pela opinião pública, que evitava a todo custo levantar o tópico como conversa entre aqueles que lhe eram próximos. Já uma mulher que fosse vista publicamente a compartilhar uma mesa de jantar com vários homens era rapidamente rechaçada publicamente. A tentativa de separar as esferas do evento público daquele outro de ordem privada, protegido pela concepção ideal de família, aparece dentro do *Código* através da obrigatoriedade de construção de muros que separassem à visão das casas para as ruas, tanto nas áreas centrais como no perímetro rural.

O *Código* postula não apenas a existência de fechos divisórios com a altura adequada, inviabilizando o olhar do passante, mas também os tipos de fechos permitidos, elencando aquilo que é considerado como traço ruralizado (e portanto, “incivilizado”), como os muros rudimentares de barro, daquilo que está em conformidade com os “sistemas modernos”, aprovados pela prefeitura. Grosso modo, eram mais benquistos os muros de tijolos e pedras, devidamente preenchidos com argamassa de cimento, rebocados e pintados, e cumprindo com a altura mínima de dois metros. Permitia-se ainda, porém em segundo lugar, a colocação de gradil de ferro, desde que este fosse “regular e simétrico”. Em último lugar vinha o muro de terra. Mas não era permitido qualquer simples muro de barro levantado pelo roceiro a partir dos sedimentos terrosos escavados das margens do terreno. Os muros de terra deveriam ser

cuidadosamente cobertos por uma espessa camada de tijolos, de modo a não se assemelharem com as antigas casas de taipa, tão comuns no Brasil de antes da modernidade. Os muros de terra simples, sem as exigências anteriores, ficavam resguardadas para o perímetro suburbano, que fora deixado na barranceira da modernidade, não sendo ainda provido de iluminação elétrica, tampouco de calçamento e ruas regulares.

Apesar do *Código de Posturas* proibir o despejo de águas nas ruas e prever a construção dos edifícios de modo que se facilitasse o escoamento de águas através de sistemas de drenagem, impedindo a formação de poças de água e terrenos alagadiços, a realidade era bem diferente do que estava cunhado na tábua da lei. As ligações entre os prédios e as redes de esgoto só foram iniciadas, lentamente, no ano de 1910, de modo que era hábito comum que os moradores descartassem os fluídos sujos (chamados de “águas servidas”) na rua.²¹ Um periódico local retrata o incômodo causado aos transeuntes, que tinham de inalar os ares pútridos de maneira que se tornava impossível transitar “sem levar o lenço ao nariz, tal o mau cheiro que exalam águas pútridas que, impunemente, correm pelas sarjetas mezes inteiros!...”; além disso, o terrível espetáculo das “lamas negras” causava perigos para a saúde da população, pois eram “portadores de febres de mau character e outras moléstias infecciosas” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, “Hygiene”, 12.05.1907).

A arquitetura predial é um tópico frequente do *Código* naqueles tópicos que versam sobre a construção urbana. Além da salubridade e higiene que as habitações deveriam promover, facilitando o escoamento e recolha de dejetos, torna-se perceptível que há uma preocupação direta para com o embelezamento da cidade como um todo, sobretudo quando se aborda o perímetro urbano, residência das elites urbanas e de plácido repouso dos variados hóspedes de outras cidades. Em Franca era comum que esses visitantes se hospedassem no perímetro urbano, principalmente após a edificação do lustroso Hotel Francano, que oferecia todas comodidades propiciadas pela eletricidade e cujas notícias saciavam as curiosidades dos leitores quanto a estes viajantes ilustres que pela cidade passavam, provocando burburinhos.

Para atender aos requisitos de higiene e estética, tão desejosos para o conforto visual do arguto viajante, os artigos das *Posturas* previam a estabilidade plástica dos prédios, postulando a obrigatoriedade dos moradores para com a vetustez da tintura das faixadas externas e das paredes internas dos prédios. A fim de evitar ruídos sonoros, o *Código* também obrigava o zelo para com o olear das portas, janelas e forros; medida

eficaz, quando cumprida, para evitar os usuais tinidos sonoros propalados pelos pórticos enferrujados que, ultrapassando o peitoril das janelas, invadiam as ruas e molestavam o bem-estar comum (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

As páginas dos jornais locais imprimem algumas das exigências da população para que o poder do Estado olhasse para as necessidades urbanas prediais. Já no ano de 1935, o redator reclamava ser Franca uma “cidade sem prédios”. Para o articulista, era um absurdo uma cidade que contava com 18 mil habitantes à época, ser abandonada pelas competências públicas estaduais, que não proviam um único prédio escolar decente o qual dispusesse de salas amplas e com mobiliários adequados, de modo a atender os requisitos higiênicos e pedagógicos dos alunos (*O Francano*, Franca-SP, “Franca, a cidade dos grupos sem prédios”, 03.07.1935).

Em sua fase de interesse pelos dispositivos de poder, Foucault (1999) faz considerações sobre uma “biopolítica” da espécie humana. Esta biopolítica atua sobre as diversas instâncias limítrofes da vida humana: natalidade, longevidade e mortalidade serão seus primeiros alvos. As endemias, doenças de permanência sobre as massas humanas são tratadas como fatores de diminuição da capacidade de produção humana, causando custos e subtraindo as potencialidades. Desse modo, a medicina foi introduzida com uma função de higiene pública, normalizando o conhecimento e medicalizando as massas. O *Código de Posturas Municipais* prevê em seu corpo estrutural uma significativa parte sobre a “Polícia Sanitária”. Prevendo a responsabilidade do prefeito, do médico municipal e dos agentes sanitaristas, o *Código* institui a obrigação destes responsáveis para com a salubridade pública. A figura do médico aparece aqui como um notório fiscal da cidade em tudo que se refere à higiene da população e dos ambientes públicos da cidade, desde os restaurantes até às cocheiras e estábulos. Nota-se também a função do médico e dos agentes sanitários em tomar as precauções necessárias contra as doenças epidêmicas. Fica a cargo do intendente da saúde a:

[...] higiene das ruas, praças e logradouro, das habitações particulares e collectivas, da alimentação – incluindo os armazens de viveres, padarias, botequins, restaurants, açougues, quitandas, mercado e matadouro público; das cocheiras e estábulos, das lavanderias e casas de banho, das precauções immediatas contra as molestias epidemicas e transmissíveis; da assistência pública, hospitais, casas de saúde, cemitérios, necroterios e enterramentos (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

Foucault em *O Nascimento da Clínica* aponta para a individualidade histórica presente nas epidemias, a qual, no século XVIII, está em vias de se institucionalizar. Na França, havia para cada subdelegação um médico e cirurgiões que eram designados para seguir a rota das epidemias.²² Com efeito, uma notificação era enviada assim que se registrava quatro ou cinco pessoas que tivessem sido atacadas pela mesma doença. O alarme sinalizado pelo síndico era imediatamente notado pelo subdelegado, designando um médico para indicar tratamento. O filósofo francês atenta para o caráter policial entrevisto no sistema de prevenção e remediação das epidemias, onde

[...] só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia: vigiar a instalação das minas e dos cemitérios, obter, o maior número de vezes possível, a incineração dos cadáveres, em vez de sua inumação, controlar o comércio do pão, do vinho, da carne, regulamentar os matadouros, as tinturarias, proibir habitações insalubres (Foucault, 2020, p. 26).

Se caminharmos dentro do registro policial do cerco às epidemias observado por Foucault, veremos que o *Código Municipal de Franca* prevê em suas linhas um cerco não menos contundente naquilo que concerne à vigilância de salubridade dos estabelecimentos públicos e habitações pessoais. De modo muitas vezes invasivo, o fiscal cidadão responsável pela vigilância da saúde pública era permitido e, de acordo com o *Código*, aconselhado, a prestar visitas domiciliares quando em tempos de estado sanitário normal. Já nas épocas de estado sanitário alterado por conta das moléstias epidêmicas, um médico comissionado especialmente pelo prefeito seria designado para atuar nas visitas. Nas casas que se destinavam à moradia ou nos estabelecimentos, o fiscal ou médico designado deveria estar atento para as condições regulares de higiene dispostas pelo *Código*, sendo necessário, ao fim da visita, fazer as intimações necessárias ao inquilino, morador ou proprietário, a fim de regularizar o prédio dentro das condições de salubridade adequadas. O intendente da visita assinalava também as multas cabíveis pelas infrações cometidas, num modelo de cerco que em grande medida se assemelhava a um mecanismo policial, dotado de um aparato técnico, missões de vigilância e punições no caso de não-cumprimento da lei.

O mecanismo arregimentado para cercar as epidemias e impedir o seu alastramento possui uma seção exclusiva dentro do *Código de 1910*. Além de ser incumbido de verificar se os moradores estavam em dia com a vacinação e, caso contrário, proceder com a inoculação das doses faltantes, o clínico que diagnosticasse a

existência de uma moléstia e não a reportasse ao médico municipal ou ao prefeito a existência da mesma, incorreria em ato de negligência sob a pena de uma multa no valor de 50\$000.²³ A mesma multa poderia ser aplicada no caso de um dono de estabelecimento hoteleiro ou hospedaria que, ao constatar o aparecimento de qualquer moléstia suspeita dentre os seus hóspedes, não comunicasse dentro de 24 horas às autoridades competentes. No geral, a lei obrigava qualquer pessoa a comunicar às autoridades e de se internar para realizar o tratamento adequado, caso houvesse suspeição de contaminação por moléstias contagiosas.²⁴ O caso das vacinações e revacinações possui também um parágrafo distinto.

Após a Revolta da Vacina de 1904 o Rio de Janeiro viu acontecer, por decorrência da suspensão da vacinação obrigatória face às reivindicações dos revoltosos, a sua pior epidemia de varíola.²⁵ Foram, em 1908, mais de 9 mil mortes registradas. Oswaldo Cruz e Plácido Barbosa se encarregaram de publicar em 1909 – e dotados de um triunfalismo um tanto quanto mórbido face às mortes pela derrocada da vacinação – um compilado dedicado à consagração da vacina de Jenner.²⁶ O *Código* do município de Franca previa a obrigatoriedade da vacina animal contra a varíola logo nos primeiros 30 dias de nascimento de bebês, sendo compulsória a revacinação a cada 7 anos, prolongando-se até a idade de 45 anos. No início da implementação, ainda no século XIX, a vacinação braço a braço fora preferida àquela de origem animal, devido ao receio por parte dos médicos de haver contaminação dos vacinados com outras doenças do gado. Contudo, e o *Código* francano confirma essa posição, houve a constatação de que a vacina braço a braço acabava por propagar, amiúde, doenças como a sífilis, sendo que o método jennერიano, de inoculação da vacina animal, passou a ser o mais indicado e seguro (Chalhoub, 1996).

O comportamento dos cidadãos também fora tido em vista pelo dispositivo da lei. Em uma cidade ainda provinciana como Franca, que passava ao poucos, no início do século XX, pela introdução da urbanidade, era comum que largas famílias, residentes dos distritos suburbanos, se locomovessem para a zona central, passando a conviver diariamente com os moradores da zona urbana, já adaptados às novas conveniências do vestir, do falar, do comer e das novas modalidades de convivência nos cafés, bares e restaurantes. Era um pensamento corrente, difundido principalmente pelas elites urbanas – intelectuais e políticas –, de que havia de se civilizar aqueles hábitos roceiros, vistos como grosseiros e bárbaros.²⁷

Um hábito local que perdurou desde os tempos do Império era o da caça. Varnhagen (1860), em seu manual de caça no Brasil, nos fornece mostras de como se concebia o hábito da caça no Brasil Império. Articulado o hábito à civilidade tão veementemente exibida nos países europeus, o autor indica as grandiosas vantagens de se promover a prática entre os mais jovens, “robustecendo o corpo e geralmente o coração”, além de inibir o ócio, o qual não raramente conduz “à molleza e outros vícios”. Convinha para o autor, entretantes, diferenciar a caça do “nobre caçador” daquela outra feita por meio de aparatos das mais variadas estirpes, tais como [...] redes, tramalhos, arranhões, costelas, boizes, esparrelas, ichóes, bretes, albardilhas, arapucas, juquiás e tantas outras armadilhas”. Na França havia até um termo para designar, de modo pejorativo, a covardia destes homens que bolavam toda sorte de engenhos para, de forma traiçoeira, capturar os animais: *braconnier*. De modo distinto era visto aquele que, repousando a coronha da arma no braço, empunhasse a espingarda em direção ao animal “daninho”. Mostrando então todo o seu arrojo, a sua intrepidez viril e, dando graça aos arroubos que lhe tomavam o corpo, fazia tombar ao chão o animal feroz, ocupando a partir deste rompante o seu posto natural de soberania entre os seres viventes.

No século XX surgem os primeiros contrapontos sociais em relação à caça em território nacional. Em 1912 publica-se o livro “As caçadas, o que elas exprimem moralmente”, de Eugenio George, que condensa o discurso proferido durante a inauguração da “Sociedade Protetora dos Animais”, ocorrido em 1911. Outras obras de vulto acerca do tema foram publicadas no decorrer das primeiras décadas do século XX, como “Por campos e Matas (Caça, Caçadas e Caçadores)”, de Bento Arruda, publicado em 1925. Apesar de já constar brevemente na obra de Varnhagen (1860), Arruda é o primeiro que adentra mais a fundo na questão da inexistência de uma legislação específica, que abrangesse o território nacional, por meio da qual se regulasse a prática das caçadas. A discussão em torno da legitimidade das caçadas persistiu ainda por um vasto período de tempo no Brasil até que se tomasse de fato uma atitude concreta sobre o assunto, influenciada pelas movimentações dos grupos de preservação ambiental (Ferreira, 2014).

O fato é que na primeira metade do século XX – e à revelia do estatuto de caçadas previsto pelo *Código Municipal de Franca* – a prática das caçadas ainda persistia. Na forma de divertimento de crianças e rapazes, talvez influenciados por alguma obra de Monteiro Lobato,²⁸ ou com destino à venda de aves enjauladas nas

feiras, os pássaros sofriam todos os tipos de desventuras pelas mãos dos seus algozes. A Figura 3 mostra um grupo de homens que, com a ajuda de cães e munidos de suas carabinas, se reuniam em cabanas em meio à mata nas tradicionais caçadas que ocorriam em Franca:

Figura 3 – Um grupo de caçadores liderados por Abílio Nogueira na Fazenda Água Limpa



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (AMHMJC), 1921.

Expressamente proibido pela empunhadura da pena da lei municipal, que interditava o emprego de armadilhas para raptar animais ou o uso de armas para matá-los, a prática da caçada continuou frequente mesmo com a indignação pública de alguns homens. É o que sugere o protesto de um articulista local que, já em 1926 (16 anos após a publicação do *Código*), reclamava do “divertimento selvagem” no qual, à revelia da lei, “indivíduos desocupados” se entretinham no enalço dos inocentes pássaros:

Os inofensivos passaros são victimas dos tiros, dos laços e pedradas, do visco e alçapões, das armadilhas de toda espécie!... Inveterado habito esse o das caçadas! Revolto-me contra os caçadores e contra todos os vagabundos que trazem á feira as pobres avícolas traiçoeiramente engaioladas [...] Matar os passaros é um divertimento selvagem. Não vejo nenhum prazer na arte venatoria, cruel, sangrenta, criminoso... [sic]. Não temos o direito de nos divertir experimentando armas á custa dos sofrimento [sic] dos irracionaes (*A Nova Era*, Franca-SP, “Em defeza das avezinhas”, 05.02.1929).

As touradas também sofreram um processo que em muito se assemelha ao das caçadas. Altamente populares na Franca do século XIX, as touradas parecem ter perdido espaço nos periódicos locais devido à incivilidade sangüinária dos seus espetáculos. Com sangue-frio, os toureiros de arenas eram recebidos no meio do alvoroço da plateia. Embevecidos pela sagração pública do frenesi dos espectadores, esses artistas – como um certo Sr. Francisco Branquinho, popular como toureiro nos veículos noticiosos – eram realçados pelos cronistas da imprensa pela sua bravura dentro dos circos tauromáquicos e fora dos cercos, pelo seu “cavalheirismo, polidez e sociabilidade” (AMHMJC. “Atestado de bom comportamento do Sr. Francisco Branquinho”, 22.04.1924).

A Figura 4 mostra a figura de Branquinho, que liderava o grupo de cavaleiros tauromáquicos cujas exhibições de bravura e virilidade encontravam palco aos domingos, nas arenas de Franca e região:

Figura 4 – Touradas em Franca



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (AMHMJC), 1930.

As touradas foram proibidas pelo *Código Municipal de 1910*. Apesar disso, elas continuavam a ocorrer, muito embora fossem menos noticiadas. Um articulista local vocifera pelas páginas do jornal espírita contra os atrozes eventos das touradas, que persistiam ao longo dos anos 30 em Franca e em cidades próximas, mesmo com a

interdição pelo estatuto municipal. O redator usa como exemplo o acontecimento trágico que feriu gravemente um homem, o qual veio a falecer logo em seguida.

Realisava-se em Crystaes uma festa “religiosa”, figurando entre os festejos tradicionais “touradas” e no dia 26 do corrente, os toureiros “corriam” uma vacca bravia, estando o circo cheio de pessoas que assistiam alegremente esse espectáculo de barbárie que tanto nos rebaixa. A’s 16 ½ horas, o toureiro Alfredo Mariano de Souza, casado, de 30 annos de idade, “pegou” essa vacca, que o levou de encontro ás cercas do circo, tomando forte pancada no peito, recebendo gravissimos ferimentos. Um seu companheiro acudiu, torcendo o pescoço da vacca que morreu em seguida. Alfredo foi transportado em estado grave para a Santa Casa local, fallecendo logo depois (*A Nova Era*, Franca-SP, “Touradas trágicas: com vistas á nossa prefeitura”, 30.05.1929).

E o articulista então continua a tecer sua crítica mordaz, demandando à prefeitura de Franca que, servindo-se do exemplo fatídico ocorrido na cidade vizinha, tomasse uma atitude mais drástica para coibir os espetáculos os quais, não obstante padecessem de duras críticas na imprensa, perseveravam livremente na cidade:

Está ahi um facto que serve de exemplo.
A nossa Prefeitura deve proibir esse gênero de sport entre nós, que queremos ser um povo civilisado.
Ha mesmo um dispositivo do nosso Cod. Municipal, que prohibe as touradas, entretanto elle não tem sido respeitado aqui. (*A Nova Era*, Franca-SP, “Touradas trágicas: com vistas á nossa prefeitura”, 30.05.1929).

Aos olhos dos poderes públicos locais, comprometidos com o anseio modernizante, a educação de uma população que migrava de zonas rurais para ambientes citadinos era altamente necessária; coadunar um *habitus* citadino com os novos modos interrelacionais próprios das cidades se fazia urgente. Esse processo tipicamente educacional está disseminado em várias instâncias: educa-se pelas próprias regras de trânsito populacional e mercadológico impostas pelas condições físico-estruturais da cidade, educa-se pelo fenômeno do alienismo,²⁹ educa-se pela educação formal,³⁰ pela via da legislação, como fora visto, e educa-se também pela imprensa, onde a conduta adequada à moralidade do período será disseminada por meios das páginas impressas.

Em edição de junho de 1924, o cronista do *O Aviso* lamenta a queda de matrimônios e a diminuição do número de filhos em artigo chamado “These Social”.

Para o autor, é necessário que haja políticas públicas de incentivo à procriação dentro do matrimônio. Como exemplo, recorre à “moralização” religiosa como único remédio cabível, inclusive dentro da política, ao propugnar pela promoção de empregos públicos apenas para aqueles que contraíssem matrimônio:

Que tristeza! Mais covas que berços! E para curar tamanho mal, muitos projectos têm sido aventados, alguns absurdos e até immorales, como a egualdade de direitos dos filhos legítimos e naturaes ou, ainda peor, a polygamia e o amor livre; [...] O remédio unico é a moralização religiosa. A ella se pode acrescentar a preferencia dos casados legitimamente para os empregos publicos. Isso sim, promoveria os casamentos e si a preferencia fosse na razão directa da quantidade dos filhos, seria ouro sobre azul (*O Aviso*, Franca-SP, n. 23, 1924).

Outro exemplo do viés educador disseminado pela imprensa e que possui suas resultantes dentro do comportamento social se mostra no repúdio ao traje moderno da moda corrente no período, assim chamada de “terrível corruptora” dos pudores sociais e sobremaneira dos jovens, vistos como o futuro da sociedade:

Hoje, os moços de ambos os sexos, principalmente os rapazes, esquecidos de que na sociedade vindoura terão de constituir as famílias, base social, resvalam inconscientemente para a prática de atos abusivos, indecorosos, arrastando-se para o lamaçal da decadência moral inevitável (*A Nova Era*, Franca-SP, n. 55, 1929).

Ao investir contra o uso de certas vestimentas, o jornal impresso defende os “bons trajes” (portadores da moral corrente) em oposição aos “indecentes”, vistos como ofensivos que atentam contra a moral pública. A coibição se destina inclusive aos leitores que possuem filhas, visando a transmissão do que se pode (ou não) vestir dentro da redoma familiar:³¹

Quem observa hoje com certa curiosidade o transformar dos nossos costumes e a evolução dos nossos hábitos, sente fortemente pungir o coração [...] E quem falar em pudor, em vergonha, em respeito ao recato e á moral incorre no ridículo ante certa sociedade que se diz alta e elevada. A moda, a terrível corruptora, investiu até contra os livros! E meninas de famílias, mal saídas dos collegios, meu Deus! num exhibicionismo condemnavel, trajadas sem decencia nem pudor... (*O Aviso*, Franca-SP, n. 25, 1924).

A indignação contra a “vagabundagem” parece ser um tópico comum nos periódicos locais, causando incômodos em parte da população. Na edição de outubro do ano de 1920, o jornal *Tribuna da Franca* dispôs parte de seu espaço editorial para publicar a costumeira seção de cartas dos assinantes. Com o pseudônimo de *Norma de Ingady*, a leitora do periódico se utilizou do espaço para enviar uma carta onde aflora toda sua verve de indignação contra os “vagabundos” que abarrotavam os centros da cidade, congratulando o redator do dito jornal pelo artigo do mês progresso, chamado “Repressão dos vagabundos”. Acentuando a sua posição de dona de casa, a leitora relatava a dificuldade de se encontrar domésticas que exercessem os serviços básicos de casa, sendo aquelas obrigadas a um exercício duplo: cuidar de casa e dos filhos, devido à escassez de mão de obra disponível. Em contrapartida, havia um acúmulo de “vagabundas” “[...] sem obrigação de trabalhar, manifestamente propensas ao vício, n’uma vida imoral e ofensiva aos bons costumes” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920).

A leitora observa ainda, vagando pelas ruas da cidade, “centenas de mulheres pretas que podiam ser aproveitadas para o trabalho, se houvesse quem a isso as obrigasse” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920). O relato extraído do periódico local nos salta os olhos para o outro lado da modernização, visto pelo ângulo dos excluídos, daqueles para os quais a modernidade e o progresso material não causaram outro efeito senão pela exclusão social.

Considerações finais

A cidade de Franca, no enalço da modernização dos grandes centros urbanos brasileiros, passou por um vasto processo de mudanças físico-estruturais. O *Código Municipal de Franca* surgiu, ainda em sua primeira versão de 1890 e logo após, na versão atualizada de 1910, para, em primeira instância, cumprir com uma necessidade de normalização técnica de uma cidade em ostensivo crescimento, a qual viu suas dimensões crescerem afrontosamente ao longo dos primeiros anos do século XX. A amplitude metrificada das avenidas, a necessidade de muros nas habitações do círculo central, o regulamento de higiene de casas e prédios públicos, o comércio de viventes abatidos, as mazelas epidêmicas de saúde, a falta de salubridade das casas de banho e barbearias... Toda uma gama de normas foram pensadas para tratar dos problemas naturais, decorrentes de um município em acentuada dilatação estrutural.

O fato de a década de 20 do século XX ser aquela em que as casas de assistência – como o *Asilo Allan Kardec*, criado em 1922 – são criadas não é mero acidente histórico. A cidade de Franca passa por um processo de modernização crescente no período. Assoma-se a isso que, junto aos grandes centros urbanos onde a elite econômica se assenta, há também a configuração da produção calçadista financiada por empresários do Rio de Janeiro que se hospedavam em Franca³². A tolerância antes observada para com aqueles que destoavam das regras de convívio passa a ser vista, no segundo decênio do século XX, de outro modo. Frente à vinda de empresários que se assentavam na cidade à procura de investir capital no setor calçadista, quaisquer distúrbios à bela paisagem serão alvos de investidas por parte do poder público municipal. O olhar do visitante externo, que julga as “feiras” arcaicas do centro da urbe passa a incomodar os “anfitriões”; urge-se isolar esses elementos que perturbam a imagem de uma cidade limpa e higiênica, consonante aos grandes centros modernos.

Nos interessa perguntar pelas instâncias de poder que demandavam o “embelezamento” dos centros urbanos frente à vinda desses jovens investidores que visitam a região; quem eram esses anfitriões preocupados com o olhar estrangeiro que, buscando uma pretensa higienização dos centros, varrem dos círculos urbanos toda uma população marginalizada que terá, senão pelas vias corretivas do cárcere (pela via jurídica), o estatuto de insano, incorrigível frente às tentativas da sociedade que pune.

Os periódicos locais estão repletos dessas representações e parecem denotar a mesma intransigência para com aqueles que destoam de um projeto de modernidade financiado pelas elites locais. Dando voz a inúmeros setores da sociedade que conclamam pela eliminação de tudo que não se encaixa ao discurso “hodierno”, os periódicos serviram como palco para uma educação de corporeidades não-coadunantes ao projeto moderno, que se pretendia limpo, ordeiro e capaz de demonstrar os signos da modernidade – mesmo que para muitos este se portasse como altamente excludente.

Referências

A NOVA ERA. Franca-SP, 1927-1940.

A SENTINELLA. Franca-SP (1926).

BIRMAN, Joel. *A Psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910.

COMÉRCIO DA FRANCA. Franca-SP (1915-1940).

CRUZ, Heloísa de Faria. A Cidade do Reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890/1915. *Projeto História*. São Paulo, nº 13, junho/1996, p. 81-92.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DOIN, José Evaldo de Mello Doin *et al.* A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 91-122, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca: 1880-1920*. 2002. 224p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

FERREIRA, Hugo Fernandes. *A caça no Brasil: panorama histórico e atual*, 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Cidade e cidadania: Franca (1890-1996)*. 2007. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* Ed. 7. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma. Medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. *Acervo de fotos da cidade de Franca*. Franca-SP, 1900-1940.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. *Atestado de bom comportamento do Sr. Francisco Branquinho*, Franca-SP, 22.04.1924.

O AVISO. Franca-SP (1924-1925).

O NONO DISTRICTO. Franca-SP (1882).

PAMPLONA, Marco A. A Revolta era da Vacina?. *In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro, Record, 2014.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria do coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese [Doutorado em Economia], Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998.

TRIBUNA DA FRANCA. Franca-SP (1901-1940).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em toda a América tropical*. Imprenta. Rio de Janeiro: E. & H., Laehmert, 1860.

WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. *In: Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Disponível em: SciELO Books, acesso em 28 de junho de 2019.

Artigo recebido em 20/03/2023

Aceito para publicação em 15/08/2023

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² “Docilizados” faz referência a já muito conhecida formulação dos “corpos dóceis” criada por Foucault em *Vigiar e Punir* (2014) em que o autor se refere, por sua vez, ao processo disciplinar encontrado em várias esferas da sociedade e que acaba por regrar os corpos, moldando os gestos e tornando-os docilizados.

³ A imprensa veiculava, por exemplo, os códigos municipais. Era mediante tais publicações que a população tomava ciência da legislação vigente e que o poder público, por sua vez, podia atuar para regrar não apenas o permitido do interdito, como também a estética da comarca. A título de exemplo, os códigos municipais de 1910, que nos servem como fonte de análise foram publicados na imprensa francana; mais precisamente no periódico *Tribuna de Franca*, em edição de 2 de fevereiro de 1910.

⁴ Não à toa o *Asilo Allan Kardec* é fundado em 1922 tendo por função recolher os necessitados e desabrigados de toda ordem, que outrora se estabeleciam nos centros urbanos, como é possível atestar

pelas primeiras fichas de registros da instituição. No asilo, construído propositalmente distante dos centros onde a elite se assentava, estes indivíduos estão escamoteados, não mais visíveis ao olhar do estrangeiro que se hospeda na cidade para investir seu capital no setor calçadista em ascensão.

⁵ “[...] em vez de continuar a ser, como antigamente, um soturno e estéril “banco de areia”, a Franca está conquistando garbosamente seguros elementos promissores de ser, em futuro não muito remoto, um verdadeiro edem paulista, um aprazível ninho de encantos poéticos.” (*Tribuna de Franca*, 25.12.1903).

⁶ Sobre os miasmas na França, ver: CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁷ Segundo Moraes (1994 apud Follis, 2007, p.14), a cidade do Rio de Janeiro salta de 522.651 para 1.157.873 habitantes entre 1890-1920, enquanto no mesmo período a cidade de São Paulo também expressa um significativo aumento de população: de 64.934 salta para 579.033 habitantes, o que a faz ocupar a segunda posição dentre as maiores cidades do país.

⁸ Sobre a modernização em São Paulo e no Rio de Janeiro, ver: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁹ Grosso modo, o termo traduz a “bela época” vivida na Europa dos últimos decênios do século XIX e começo do século XX. Simbolizada como a “melhor das eras”, a Belle Époque foi caracterizada pelo gosto do moderno e pela inundação de novas tecnologias materiais, as quais invadiam o cotidiano dos europeus.

¹⁰ A população urbana de Franca apresenta de cerca de sete mil habitantes em 1903. Em 1921 apresenta cerca de 11.051 habitantes, saltando para 18.072 em 1937 e 22 mil em 1943 (Follis, 2004).

¹¹ Sendo estes 2.889 italianos, 2.281 de origem espanhola, 617 portugueses, 34 alemães, 28 japoneses e outros 344 de outras nacionalidades (Faleiros, 2002).

¹² Localizado às margens do Córrego Cubatão, situado no prolongamento da Rua Saldanha Marinho (Follis, 2004).

¹³ O *Código Municipal de 1910* proibia também a circulação de animais pelo município (Art. 733 – É proibido vagar pelas ruas da cidade qualquer animal das espécies vacum, cavallar, muar, caprina, suina, canina e outras analogas), sendo aqueles que fossem encontrados a vagar pelas ruas da cidade objeto de recolha pelo poder municipal e seus donos sujeitos a multas. No caso de não comparecimento no prazo estipulado para entrega do animal ao dono, o animal seria vendido em praça pública; no caso de cães, estes seriam “mortos pelo processo adoptado pela Prefeitura, sendo prohibido o emprego de bolas envenenadas” (CMF, 1910).

¹⁴ Sobre a população negra como alvo da biopolítica: CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁵ As *Regras de Conduta, Códigos de Postura Municipais* ou então apenas *posturas policiais*, como eram chamadas inicialmente, foram criados no século XIX com o intuito de normalizar a sociedade por meio de um processo de observação constante sob os atos individuais. Assim como as prescrições definidoras de conduta, as *Regras de Conduta* também prescreviam as punições em caso de descumprimento das ordenações, servindo como agente de prevenção das moléstias urbanas, higienizando o ambiente urbano e regrando os hábitos citadinos (Schmachtenberg, 2008).

¹⁶ Em 1893, isto é, apenas 3 anos após a publicação do *Código*, existiam já 15 novas leis e decretos que vigoravam e que não eram incorporadas pelo *Código de Posturas de 1890*, ao passo que em 1907 havia 250 leis das quais o *Código* não fazia menção (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

¹⁷ A habitação tipicamente burguesa provê a privacidade do quarto do casal em relação ao quarto dos filhos, que são separados da sala de visitas por meio de um longínquo corredor; a construção também separa o público do privado : a intimidade do lar, local privado, em relação à rua, o ambiente público, por meio de muros erigidos para impedir o olhar de fora para aquilo que ocorre dentro das redomas do lar (Cunha, 1986).

¹⁸ “O Código Municipal foi escripto em 40 cadernos de papel almasso de 25 linhas e contem ao todo 10 secções, 25 títulos, 106 capítulos e 944 artigos” (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

¹⁹ Apesar da proibição expressa pelo *Código de 1910* quanto aos animais soltos nas ruas, era comum que os jornais noticiassem a frequência com que cães domésticos vagavam sem controle pelas ruas, resultando, por vezes, em mordidas que feriam transeuntes, causando pânico com a ameaça da transmissão da moléstia da raiva (*O Francano*, Franca-SP, “Os cães soltos na rua”, 26.06.1935).

²⁰ “[...] vamos pela calçada porque só gente da roça anda na rua” (*O Alfinete*, Franca-SP, “Na Rua do Commercio”, 12.04.1925).

²¹ O *Código Municipal de 1910* obrigava que, enquanto a cidade ainda não fosse equipada com redes de esgoto, ao morador entregasse as águas servidas para o serviço de limpeza. Onde não houvesse sequer a prestação desse serviço, recomendava-se que, de alguma maneira, o morador fizesse convergir a água para que não houvesse estagnações de água parada, cuja consequência deletéria era a de que pernilongos acabavam por se manifestarem e se reproduzirem, principalmente durante o verão.

²² O cerco às epidemias na França ocorria, segundo Foucault, de modo que o espaço médico não só coincidia com o espaço social como ia além: atravessava-o. O desejo por controle chegava às minúcias da necessidade de um controle estatístico da saúde de cada subdelegação. Além dos costumeiros registros de nascimentos e mortes havia ainda a construção de verdadeiras topografias médicas de cada região, cobrindo desde o número de pessoas em cada habitação até as descrições de hábitos, vestuários e a educação física e moral dos habitantes de cada distrito (Foucault, 2020).

²³ Schmachtenberg (2008) observa que os Códigos de Postura funcionavam mais como um mecanismo de prevenção do que de punição, fornecendo aos indivíduos um parâmetro positivo do permitido e do interdito. Desse modo, as multas funcionavam como uma inibição coercitiva prévia, e não propriamente como um aparato correcional.

²⁴ Deviam ser obrigatoriamente comunicadas às autoridades as suspeitas de contaminação por: a) moléstias pestilenciais (febre amarela, cólera e outras pestes do Oriente); b) febres exantemáticas epidêmicas (varíola, escarlatina, sarampão); c) a difteria; e d) a coqueluche. As únicas exceções ficavam por conta da tuberculose, das febres infectuosas puerperais, das moléstias septicêmicas e do beri-beri, que eram de notificação opcional (CMF. Código Municipal de Franca, 1910).

²⁵ Sobre a Revolta da Vacina, conferir: SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁶ Chalhoub (1996) nos conta sobre a história da vacina jennericiana – a vacina propriamente dita. Sua história se liga a tradição pastoril observada pelo médico Edward Jenner, a qual desde o século XVI, indicava que entre aqueles que trabalhavam com gado era possível não contrair a varíola. Baseado nessa crença popular ouvida pelo Dr. Jenner através de uma camponesa, o médico notou que entre aqueles que ordenhavam vacas observava-se espécies de esfoladuras semelhantes a *cowpox* das vacas. Daí o termo vacina, que se trata propriamente de ulcerações que acometem os úberes das vacas, sendo altamente contagiosas. Ligando a crença popular ao que o médico ouvira da camponesa, Dr. Jenner decidiu por realizar testes que ulteriormente comprovariam a imunização contra a varíola por meio da inoculação da vacina.

²⁷ Marco Antonio Pamplona (2010, p. 91) mostra o longo percurso que passou a cidade do Rio de Janeiro em busca de “civilizar” a população. O Código de Posturas Municipais de 1894 cumpria efetivamente essa missão: civilizar aquilo que era considerado bárbaro. As elites intelectuais e políticas, desejosas de se assemelharem aos hábitos comportamentais europeus, apoiavam a ação do Estado nesta empreitada civilizatória. Com efeito, os códigos atuavam justamente com a proposta de modificar os hábitos “incivilizados” de uma população que era majoritariamente negra. Foram proibidos: “a venda de comida na rua, feita por ambulantes, quiosques ou frêges, o hábito de cuspir no chão dos bondes, a venda de leite ordenhado na hora por vacas puxadas de porta em porta, a criação de porcos nos limites urbanos, a exposição de carnes à entrada dos açougues, a vadiagem de cachorros soltos pelas ruas, a falta de pintura nas fachadas dos prédios, a presença de entrudos e cordões de carnaval”.

²⁸ Voltada para o público infanto-juvenil, Monteiro Lobato publicou uma série de livros que envolviam cinegenética, isto é, a arte de caçar. Algumas das obras que provavelmente os mais jovens tinham acesso, dada a ampla divulgação do autor em território nacional eram: “A Caçada da Onça: novas aventuras de Narizinho, Rabicó e demais companheiros” (1924) e “Caçadas de Pedrinho” (1933) (Ferreira, 2014).

²⁹ Birman (1978, p. 344) salienta que “[...] um processo de normatização é necessariamente um processo pedagógico. O tratamento moral se caracteriza como uma operação de pedagogia moral, na qual o ser-de-Natureza do alienado será submetido ao seu ser-de-Cultura.”

³⁰ Machado (2010, p. 18), em obra sobre a atuação de Rui Barbosa na educação, atesta que “Esta [a educação] foi concebida como o espaço ideal para a transmissão dos princípios conservadores de toda a sociedade, definindo-se o seu papel e sua importância para a vida social. Na escola pública, seriam veiculados conteúdos que atendessem ao interesse público, conteúdos estes que velassem pela conservação da ordem e da riqueza burguesa, assim, seu papel fundante era preparar para o trabalho e para a cidadania.

³¹ Sobre modernização e preocupação com a docilização dos corpos das mulheres: RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930. Editora Paz e Terra, 1985.; RAGO, Luzia Margareth. Os Prazeres da Noite - Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³² Ocorre precisamente em 25.08.1920 o registo do contrato de constituição de sociedade comercial em que Carlos Pacheco de Macedo, empresário vultuoso já famoso em Franca pela empresa de calçados Jaguar durante a década de 10, se associa a homens do setor courista do Rio de Janeiro (Josef Marx e Christiano Hechler) e que fora celebrado dias antes na cidade do Rio. Para Tosi (1998, p. 169), a associação foi “a mais importante na sustentação das atividades coureira e calçadista em Franca. A empresa calçadista de Macedo, a Jaguar, também foi alvo de investimento carioca anos antes. A vinda de ativos do Rio de Janeiro indica que a cidade de Franca passou a ser um foco de empresários, que habitavam a cidade e se hospedavam nos hotéis locais.